

Cresce mercado de participações em empresas brasileiras, diz economista

Crise ampliou diferencial do Brasil e chamou a atenção de investidores.

Interesse vai continuar crescendo, diz Luiz Chrysostomo.

Thais Herédia Especial para o G1

[imprimir](#)

A crise econômica que atinge os países mais ricos do mundo ampliou o diferencial do Brasil e despertou a atenção de investidores para o potencial de crescimento da economia. O mercado de participações em empresas brasileiras, chamado de private equity, foi um dos que mais cresceu nos últimos anos e levou o Brasil a assumir o segundo lugar no ranking dos países mais procurados para este tipo de investimento, segundo o economista Luiz Chrysostomo.

Evolução do capital aplicado no Brasil

em bilhões de dólares



(Imagem: Editoria de arte G1)

Sócio da Neo Investimentos, Chrysostomo apresenta dados da Associação de Private Equity dos Mercados Emergentes (Empea, na sigla em inglês) que mostram a evolução da participação brasileira neste mercado.

"Desde o ano passado ocupamos o segundo lugar entre os países mais procurados para investimento em private equity. Agora, os dados se consolidam e mostram que a

percepção de risco e oportunidade no Brasil é muito boa." A China ocupa o primeiro lugar e, em terceiro, vem a Índia.

Segundo a Empea, no primeiro semestre deste ano, os investimentos em private equity dispararam 53% no Brasil, gerando mais de 400 transações, contra 280 de 2009. A Associação Brasileira de PE, em estudos com o Centro de Estudos de Mercado de Capitais da FGV, contabiliza US\$ 34 bilhões em volume de recursos já comprometidos para investimento.

"Ainda é pouco para o tamanho do país. Mas estamos no início deste processo. Essa indústria é uma grande fomentadora, não só de financiamento, mas também da administração das empresas. A entrada de novos sócios organiza a governança, desenvolve planejamento estratégico e melhora eficiência da produção. É um grande propulsor de investimento".

Produção ou novos negócios

Cada vez mais, os investimentos estão sendo comprometidos por prazos mais longos, gerando uma fonte vigorosa de financiamento de longo prazo no Brasil"

Luiz Chrysostomo

O economista, vice-presidente da Associação Brasileira de Entidades de Mercados Financeiros e Capitais (Anbima), separa em duas categorias os modelos mais comuns de investimentos através dos fundos de participação: "o dinheiro pode vir para ajudar no aumento da capacidade produtiva da empresa, ou para consolidação de novos negócios, com companhias maiores comprando menores para ganhar escala de produção", aponta.

Para Chrysostomo, a natureza deste mercado está em compartilhar os lucros e a rentabilidade das empresas, mas, sobretudo, os riscos do negócio. Por isso, a decisão de investir tem que levar em conta pelo menos cinco anos à frente. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é responsável pela regulamentação e fiscalização dos Fundos de Participação, instituições intermediadoras dos negócios, o que, segundo o economista, cria um forte colchão regulatório para este mercado.

"Esse dinheiro que vem para ser investido nas empresas não tem como sair correndo. A decisão é tomada com cautela. Cada vez mais, os investimentos estão sendo comprometidos por prazos mais longos, gerando uma fonte vigorosa de financiamento de longo prazo no Brasil", diz o economista.

Dinheiro no mercado

Uma tendência esperada da evolução dos fundos de private equity no Brasil é o crescimento do número de empresas abrindo seu capital na bolsa de valores.

"Depois de se capitalizar e melhorar sua eficiência com os novos sócios, o caminho esperado para estas empresas é a entrada no mercado de capitais. Hoje, das aproximadamente 554 companhias que receberam recursos via private equity, 37 delas estiveram envolvidas em processos de abertura de capital nas bolsas. É uma evolução muito positiva para a qualidade dos investimentos no Brasil, afirma Chrysostomo.

O que ainda segura alguns investidores num cenário tão positivo? "O grande medo deles é a falta de infraestrutura no Brasil. O que se vê, em minha opinião, é um retrocesso muito grande nas agências de regulação do governo, que em países desenvolvidos têm um papel importante no funcionamento da economia.

Muitos esperam a chegada do novo governo para conhecer seus planos para fortalecer as instituições no país e estimular novos investidores a participarem desse mercado promissor".